

APRESENTAÇÃO

Esta apresentação, um pouco mais longa do que habitualmente, será dividida em três partes. A primeira voltada para uma explicitação dos objetivos de S&E. A segunda, para as mudanças que, a partir deste número, se introduzem na revista. A terceira, finalmente, para o conteúdo específico deste número. Uma apresentação, de certa maneira, marcada por um breve balanço de seu percurso.

S&E pretende-se, desde a sua criação, como uma **revista nacional de sociologia**. Não se trata, portanto, de uma revista do Departamento de Sociologia (SOL) da Universidade de Brasília (UnB). O SOL é apenas seu locus de elaboração, local que sedia seus editores e, dessa forma, o órgão responsável pela revista.

O caráter nacional de S&E manifesta-se, em primeiro lugar, pela composição de seus Conselhos Editorial e de Pareceristas, reunindo acadêmicos reconhecidos de todos os rincões do País. Em segundo lugar, através da origem institucional dos autores dos artigos que têm composto os números da revista até hoje publicados, cujo balanço (seção de artigos) é o seguinte: autores estrangeiros 5; autores nacionais 45. Entre estes, 20 são autores não pertencentes à UnB, 10 autores da UnB não pertencentes ao SOL e, finalmente, 15 autores que pertencem ao SOL. Estes últimos compõe, assim, um percentual de menos de 30%. E, por fim, seu caráter nacional revela-se nas temáticas, sempre tendendo a expressar o que existe de mais significativo na área de sociologia no país.

Estas observações são importantes no momento em que S&E se prepara para ingressar em seu sexto ano de existência, mas também pelo fato de que este é o primeiro número da revista em que prevalecem autores provenientes do SOL.

A partir deste número, S&E conhece uma série de modificações. Em primeiro lugar, quanto à normatização. Vários aspectos foram introduzidos (data de aceitação dos artigos, título e autor no alto das páginas, locais de indexação da revista, ISSN na folha de rosto, etc.) e outros foram modificados (título na lombada, tipo do resumo, etc.). Trata-se de normas recomendadas pela ABNT e IBICT - CNPq e que nos parece importante incorporar. Assim, aproximamos-nos mais de uma revista acadêmica. Em segundo lugar, há mudanças na

capa que deverão se acentuar, provavelmente no próximo número. Finalmente, modificações no corpo editorial da revista. Este será o último número em que Maria Lúcia Maciel consta como editora principal. Ela parte por algum tempo. Seu esforço e seu legado não podem, porém, ser esquecidos. Seu rigor no trabalho e sua delicadeza no trato com as pessoas ficam como lições. S&E chega até aqui principalmente pelo seu empenho e dedicação.

Finalmente, o presente número é temático. Faz parte das mudanças introduzidas, que prosseguirão no próximo número. De agora em diante, de cada dois números, um será temático. O próximo número desta natureza será sobre a América Latina (VI/2). Retomamos assim o espírito inicial da revista que começou, justamente, por um número temático – **Cidadania e Movimentos Sociais** (I-1).

Pela sua relevância, **Estado, Ciência e Tecnologia** foi o tema escolhido para o presente número de S&E. Com a escolha buscamos duas assertivas, relativamente óbvias. Porém, nos tempos difíceis, vez ou outra o óbvio é indispensável. A primeira é que o ingresso na modernidade passa, necessariamente, pela resolução da capacidade científica e tecnológica do País. A segunda é que o Estado, qualquer que seja o formato que venha a assumir, manterá um papel importante no processo de modernização de nossa sociedade.

Sob a temática específica do Estado constam três artigos. O primeiro, de autoria de Héglio Trindade, ex-presidente da ANPOCS, analisa de forma instigante os efeitos das últimas eleições no Brasil e em outros países da América Latina, destacando a importância do cruzamento entre cultura política e cultura de crise como elemento de comparação. O segundo, de Schmidt, compara os processos de transição (seus efeitos e características) em três países: Espanha, Argentina e Brasil. Não há dúvida de que temos muito a aprender, ainda, com o processo espanhol. Finalmente, o último em torno deste tema específico é da autoria conjunta de Michelângelo Trigueiro e Elimar Nascimento, refletindo sobre a legitimação em três autores hodiernos: Habermas, Luhmann e Offe. É um artigo que se situa entre uma boa resenha (pelos comentários referentes às obras de três autores) e um artigo, pelo tentativa proposicional, porém pouco desenvolvida, que contém.

Os outros artigos debruçam-se especificamente sobre a questão da Ciência e Tecnologia, porém de forma ampla. Maria Lúcia Maciel examina o impacto das conjunturas da transição política no processo constituinte e nos resultados relativos a C&T. O artigo de Maria Francisca Pinheiro discute o dilema do público **versus** privado no setor educacional, conforme pôde ser percebido na Constituinte. Ana Maria Fernandes analisa a atuação da comunidade científica na Constituinte, através de suas propostas específicas, especialmente as da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O artigo de Isabel Mendes destaca os grupos e as posições em confronto na Constituinte no que diz respeito à Política de Informática e à reserva de mercado.

Nas notas de pesquisas, o tema de ciência e tecnologia foi conservado nos trabalhos de Brasilmar Ferreira Nunes e Fernanda Sobral. O primeiro faz uma retrospectiva das políticas de ciência e tecnologia no Brasil, formando assim um pano de fundo que ajuda a esclarecer questões e tendências levantadas nos outros artigos. Fernanda Sobral apresenta resultados de pesquisa sobre a atuação da sociedade civil na Constituinte relativa à pesquisa científica.

Registre-se que a maioria esmagadora dos trabalhos foi construída no interior de um grande Projeto Integrado de Pesquisa (PIP) conduzido por seus autores nos anos 1989 e 1990 e financiado pelo CNPq, que possibilitou a edição deste número temático de SOCIEDADE E ESTADO.

Elimar Pinheiro do Nascimento

Editor